

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.587.533 - RS (2019/0282128-9)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : NEIVA APARECIDA GRAZZIOTIN
ADVOGADOS : FLÁVIO GRAZZIOTIN - RS029671
CRISTIANO MIELCZARSKI DA SILVA JÚNIOR - RS108263
PAULA CRISTINA GRAZZIOTIN TORRES - RS088313
AGRAVADO : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : PAULA MALTZ NAHON - RS051657
GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS044046

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por NEIVA APARECIDA GRAZZIOTIN, em face de acórdão assim ementado (fl. 731):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTIMAÇÃO PARA JUNTADA DE DOCUMENTO NECESSÁRIO DESATENDIDA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

Não merece ser conhecido o agravo de instrumento quando não atendida a determinação para complementação da documentação necessária ao julgamento do recurso, realizada nos moldes dos arts. 932, parágrafo único, e 1.017, § 3º, ambos do CPC, bem como do Recurso Especial Repetitivo de nº 1.102.467-RJ.

AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 755/765).

Nas razões do especial, a ora agravante alega ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre as peças faltantes que entende não juntadas; questões postas em debate nos embargos de declaração. Afirma que, nos termos da jurisprudência desta Corte, firmada no julgamento do REsp 1.102.467/RJ, CORTE ESPECIAL, julgado em 2.5.2012, firmado sob a dinâmica dos recursos repetitivos, deve ser anulado o acórdão recorrido, para que sejam indicadas especificamente "quais as peças processuais que a recorrente deveria juntar aos autos,

concedendo prazo para sua juntada" (fl. 773).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido, assim redigidos (fls. 733/734):

Compulsando os autos, verifica-se que não foram acostadas cópias integrais das fases de cumprimento de sentença e do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, conforme solicitado em e-fl. 197 e NE n. 578/2018, disponibilizada em 27/11/2018.

Embora não sejam, a rigor, peças obrigatórias, são documentos essenciais para o exame da controvérsia, nos termos do art. 1.017, I a III, do CPC, tendo em vista que é necessária a análise dos autos e do trâmite do processo para que seja possível verificar a possibilidade ou não de levantamento do alvará.

Ocorre que, apesar de oportunizada à parte agravante a juntada de tal documentação, nos termos do art. 932, parágrafo único, e do art. 1.017, § 3º, ambos do CPC, e do Recurso Especial Repetitivo de nº 1.102.467-RJ1, não foi acostada a referida cópia integral das fases de cumprimento de sentença e do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença a, conforme determinado:

“Compulsando os autos, verifico que não foram acostadas cópias integrais das fases de cumprimento de sentença e do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença.

Embora não sejam, a rigor, documentos obrigatórios, são documentos essenciais para o exame da controvérsia, nos termos do art.

1.017, I a III, do CPC, vigente ao tempo da publicação da decisão.

Portanto, intime-se a parte agravante para acostar cópias integrais das fases de cumprimento de sentença e do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do recurso, nos

Superior Tribunal de Justiça

termos do art.

932, parágrafo único, do CPC e do Recurso Especial Repetitivo de nº 1.102.467-RJ.”

Tal decisão foi publicada na Nota de Expediente nº 578/2018 disponibilizada em 27.11.2018, iniciando o prazo em 29.11.2018 e findando em 05.12.2018.

Conforme relatado, a agravante fora intimada para a complementação do recurso, mas mesmo assim não o fez à contento.

Esclareça-se, ainda, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Do transcrito, verifica-se que os fundamentos acima reproduzidos não foram devidamente combatidos, não havendo a recorrente esclarecido, objetiva e especificamente, os motivos de reforma do julgado proferido pela Corte de origem, sendo inviável o provimento do especial pela aplicação das Súmulas 283 e 284/STF.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora